

Politização e efetividade militar: o caso da Marinha argentina nas Malvinas

Politicization and Military Effectiveness: The Case of the Argentine Navy in the Malvinas

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025010, 2025, p. 1–24
ISSN 2358-3932

ÉRICO DUARTE

INTRODUÇÃO

É recorrente no debate naval e nas discussões sobre a modernização das forças armadas brasileiras dos últimos quarenta anos o argumento de que a Guerra das Malvinas (1982) foi vencida pelo Reino Unido devido à superioridade de seus submarinos de ataque com propulsão nuclear. A destruição do destróier ARA Belgrano em 2 de maio de 1982 pelo submarino de ataque HMS Conqueror teria sido o aspecto mais evidente disso. Esse argumento foi lançado pelos observadores da Marinha do Brasil e do Conselho de Segurança Nacional na época, ainda durante o regime militar brasileiro (Flores 1982, 70; CSN 1982; EMFA 1982).¹ Esse argumento foi reforçado e reapresentado nas décadas seguintes por oficiais da Marinha, com poucas reparações (Vidigal 1984; 1985, 526; Lima 1992, 155; Paulucci 2021). Tão importante quanto, tal argumento vem sendo utilizado para justificar o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear pelo Brasil em seções públicas no Congresso, por sucessivos comandantes da Marinha e a cada data comemorativa do conflito (Senado Federal 2011; Ministério da Defesa 2011; Martins Filho 2014; Antonio 2025), com limitados debates públicos sobre seus custos e alternativas (ver Diniz e Proença Júnior 2022; Diniz 2017).

Essa interpretação de parte de militares e políticos brasileiros da Guerra das Malvinas desconsidera estudos acadêmicos e fontes primárias que indicam que as causas da derrota argentina foram mais comple-

Érico Duarte é doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ/Coppe. Professor em Estudos Estratégicos e Internacionais na UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Professor em Segurança, Desenvolvimento e Defesa da Escola Superior de Defesa e colabora a mais de 20 anos com as forças armadas brasileiras, incluindo a Unifa, Eceme, EGN, CEEEx, Cmdo Art Ex e EMA. Orcid.org/0000-0001-8261-6367. E-mail: erico.duarte@ufrgs.br.

xas e menos determinadas pela tecnologia. A começar pela conclusão da Comissão de Análise e Avaliação do Conflito do Atlântico Sul (Caercas) – denominado de Relatório Rattenbach — sobre a participação da Marinha argentina no conflito:

El Comandante en Jefe de la Armada convalidó la decisión de retirar los medios navales de superficie a aguas poco profundas debido a la amenaza de los submarinos nucleares enemigos.

Si bien esta decisión se justificaba, dado el análisis del poder relativo y la posibilidad de enfrentamiento masivo con la flota británica, ella no era válida, sin embargo, en cuanto al empleo de unidades en forma aislada o limitada.

Esta última proposición debió ser alentada por él desde el se del Comil al CTOAS, como medio de preservar la elevada responsabilidad de su Fuerza para con la Nación. La comprobación de q sus medios de superficie no eran empleados ni siquiera en for restringidas para combatir al enemigo, aceptando los riesgos inherentes del combate, afectó la moral propia. (Argentina 2012, 188–9).

Nesse sentido, existe uma outra e mais importante lição a ser aprendida da Guerra das Malvinas: o grave envolvimento político da Marinha no regime militar, na Guerra Suja e nos embates sobre a transição de poder comprometeu sua capacidade de emprego de meios navais e de tomada de decisão no conflito do Atlântico Sul (Harmer 2015). Tal correlação entre alta politização e baixa efetividade militar serve de alerta para o atual contexto brasileiro. É possível apontar a politização da Marinha do Brasil pelo número expressivo de seus oficiais superiores ocupando cargos comissionados na administração pública federal e autarquias nos últimos dez anos (Schmidt 2022), além do indiciamento do seu último comandante, almirante Almir Garnier Santos, por envolvimento em uma ruptura institucional violenta (Polícia Federal 2024). Ao mesmo tempo, vêm se tornando recorrentes as declarações de que as condições materiais e operacionais navais se encontram em vias de obsolescência completa (InfoDefensa 2023).

Este artigo argumenta que a Marinha argentina teve dois papéis fundamentais para a derrota da Argentina na Guerra das Malvinas e que merecem atenção como lições para o caso brasileiro atual. Por um lado, em nível político, ela foi o grande protagonista no gabinete militar argentino (doravante, Junta), pressionando pela invasão. Mais do que isso, quando se sentiu ignorada pelo presidente Leopoldo Galtieri, a Marinha realizou uma operação encoberta nas Ilhas Geórgia do Sul para agravar as relações com o Reino Unido, comprometendo as alternativas diplomáticas até que fosse impossível

vel reverter a eclosão do conflito. Por outro lado, no nível operacional, após o *fait accompli* argentino das Ilhas Malvinas, a Marinha não seguiu nenhum dos cursos de ação esperados. Dada a expectativa de correlação de forças navais desvantajosa, o plano original era conduzir uma operação anfíbia simbólica com o mínimo de assinaturas terrestres e marítimas, reduzindo a possibilidade de perdas. A segunda opção, depois que a indesejada crise nas Ilhas Geórgia do Sul expôs as intenções argentinas em relação às Malvinas, era que a Marinha deveria ter fornecido um apoio para a defesa das ilhas, enviando parte de seus navios de superfície, submarinos e aeronaves para as ilhas, pelo menos, enquanto a força-tarefa naval britânica estivesse em rota (Argentina 2012, 259; Duarte 2021).² Era esperado que a Marinha executasse o Plano de Operaciones n° 02 “S”, que fazia alusão a uma estratégia de esquadra em potência, eventualmente ameaçando o desembarque britânico nas ilhas sem deflagrar combates diretos em situação de desvantagem tática (Argentina 2012, 183–4, Anexo VI/8). No entanto, o Comandante em Chefe da Marinha, Jorge Isaac Anaya, foi muito influente ao pressionar o Exército a se instalar nas ilhas e delegou à Força Aérea a função de realizar os combates aéreos ao redor delas. Porém, a Armada argentina não realizou nenhuma das missões a ela atribuídas: ela superestimou o bloqueio britânico na zona marítima exclusiva e se retirou da guerra depois de perder seu primeiro e único navio fora dela como “um meio de preservar a alta responsabilidade desta Força para com a Nação” (Argentina 2012, 189).

Para sustentar seus argumentos, este artigo utiliza o procedimento de reconstrução de processos causais (*process-tracing*) a partir de uma compilação múltipla de fontes primárias e secundárias (Mahoney 2012; 2015; Checkel 2005; George e Bennett 2005). Reconstrói-se parte do processo decisório argentino antes e durante o conflito, evidenciando e avaliando as decisões políticas e planos de campanha alternativos em relação ao curso de ação factualmente tomado, ou seja, lança-se mão do recurso de contrafactuais. Para isso, o artigo utiliza de maneira mais primordial o Relatório Rattenbach, elaborado em 1982, mas divulgado parcialmente em 2012, e integralmente apenas em 2015, com anexos que incluem memorandos e atas da Junta, bem como planos operacionais e relatórios pós-ação. Embora disponível há dez anos, esse conjunto de documentos raramente foi consultado fora da academia argentina (Duarte 2021). Além disso, a pesquisa também compulso a documentação relacionada dos Estados Unidos em *Foreign Relations of United States* (FRUS), publicada em 2015, sobre o Conflito no Atlântico Sul e a documentação britânica organizada na Margaret Thatcher Foundation. Com isso, foi possível triangular parte da documentação argentina com outras fontes e documentos para validação (Salkind 2010). Tal cruzamento entre fontes primárias argentinas, esta-

dunidenses e britânicas é uma contribuição original, como cobrado por Lorenz (2023, 142) e encontrado em apenas outros dois artigos recentemente publicados na Argentina (Bochicchio 2021; Duarte 2022).

Uma contribuição adicional é que essa referência cruzada permite desfazer certos maus-entendimentos que até então eram consolidados na literatura anglo-saxã sobre a Guerra das Malvinas e que ressaltam as contradições entre as expectativas quanto aos cursos de ação possíveis pela Marinha argentina e suas respectivas frustrações. Primeiro, ao contrário do que a história oficial britânica aponta, a Operação Alfa, que produziu o incidente nas Ilhas da Geórgia do Sul, não foi parte de um grande esquema com a conivência de toda a Junta (Freedman 2005, 191). Na verdade, ela foi uma operação encoberta conduzida pela Marinha à revelia e sem autorização de seus pares e autoridade superior. Em segundo lugar, o artigo corrobora as suspeitas de negociadores e observadores dos Estados Unidos e Reino Unido de que o Exército e a Força Aérea argentinos desejavam manter os canais diplomáticos abertos e a Marinha que pressionou por uma ação militar.³ Por fim, ele refuta as piores expectativas dos Estados Unidos e do Reino Unido sobre uma atuação da Marinha argentina durante e após o conflito, que poderia ter criado muito maiores dificuldades e perdas aos britânicos e, por isso, demoraram em acreditar que ela tinha realmente capitulado sem combate.⁴ De fato, a Marinha argentina nunca tomou as medidas necessárias para ir ao mar para defender as Ilhas Malvinas ou mesmo para desgastar a presença britânica depois que elas foram reconquistadas (Argentina 2012, 188–9).

O artigo está dividido da seguinte maneira: a próxima seção sintetiza a literatura sobre como a politização das forças armadas, além de perverter as instituições democráticas, afeta negativamente as suas próprias capacidades operativas de condução da guerra, ou efetividade militar. A seção seguinte oferece uma contextualização suficiente do conflito para que as outras duas seções seguintes apresentem os principais argumentos do artigo: que a Marinha argentina foi um *spoiler* político e que ela empregou uma estratégia de delegação do ônus, ou *buck-passing*.

POLITIZAÇÃO E EFETIVIDADE MILITAR: AS INCONGRUÊNCIAS DE FORÇAS ARMADAS NO PODER

Uma das questões centrais do campo de estudos de defesa é como fazer as forças militares efetivas sem serem uma ameaça à ordem política (Feaver 2017, 2). Portanto, toda política de defesa em democracias deve se preocupar em como empregar o poder militar de forma mais eficaz e responsável (Strachan 2014, 76).

Esse entendimento superou a noção de Samuel Huntington de que a diferenciação funcional seria suficiente para promover a despolitização e efetividade militar, o que ele define como profissionalismo (Huntington 1957; Albright 1980, 575). Os recentes estudos sobre efetividade militar estabelecem firmemente que a consolidação civil sobre as forças armadas é um fator preponderante (Reiter e Stam 1998; Avant 2007; Brooks 2007; Kuehn 2024). Isso tem como requisitos um planejamento estratégico eficaz baseado em um documento de planejamento estratégico robusto e um processo de tomada de decisão civil-militar interativo e iterativo, além de instituições, ativos e profissionalização eficazes (Matei 2024, 126).

Quando as forças armadas são despolitizadas, elas são mais regularmente inspecionadas por autoridades políticas e civis externas, departamentos de auditorias de contas públicas, centros públicos e privados de pesquisa e, idealmente, por imprensa e pesquisadores acadêmicos no caso de democracias. Isso tem dois efeitos. Por um lado, a desvinculação das forças armadas do mandato do líder do poder executivo torna a promoção do corpo de oficiais desvinculada de conexões políticas e mais inclinada a um desenvolvimento meritocrático, responsável e aberto ao aperfeiçoamento. Por outro lado, relações civis-militares maduras em democracias, mais do que promoverem o controle civil sobre as forças armadas, focam-se em adequá-las melhor ao qualificar várias esferas de participação civil em defesa desde a avaliação política e formulações estratégicas, passando pelos processos de aquisição, pesquisa e desenvolvimento, e chegando a funções administrativas e outras atividades-meio que permitam aos serviços militares se dedicarem a funções exclusivamente combatentes e atividades-fim (Reiter e Stam 2002, 62–5, 70; Serra 2010, 53–62).

Contrariamente, em autocracias ou em democracias em que as forças são politizadas, o critério de seleção de promoção do comando e oficiais de alta patente tende a ser por lealdade política ou ideológica sobre o mérito; existe maior preocupação com ameaças internas de que as externas que deformam todo o planejamento estratégico, sistemas de defesa e serviços de inteligência. Esses aspectos tornam as inspeções de pessoal, equipamento e proficiência mais raras e de baixa qualidade em um ambiente de insulamento que eleva a suspeição sobre agentes externos e mesmo entre grupos e lideranças militares. Assim sendo, quando há politização das forças armadas, é mais provável que a decisão política seja precipitada e despreparada por conflitos internos, pois não há responsabilização das autoridades políticas e militares. Sem escrutínio contínuo contra imprudência ou incompetência, não há constrangimento a líderes político-militares que iniciem guerras sem propósito, desnecessárias ou de alto risco (Reiter e Stam 2002, 106–13, 137–43; Brooks 2006; Kadercan 2013).

No caso argentino, sua academia pontua a correlação entre politização e desprofissionalização das forças armadas. Ou seja, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ao passo que elas se tornaram mais ideologizadas e comprometidas numa guerra contrarrevolucionária e em violações de direitos humanos, mais elas se desqualificaram no respaldo da soberania contra ameaças externas (Winer e Iraola 2022; Lorenz 2012, 33, 44). Consequentemente, na iminência da crise de 1982, as forças armadas argentinas não dispunham de planos, experiência e preparação para uma guerra convencional pelas Ilhas Malvinas (Fontana 2022, 143–4; Lorenz 2012, 108; Lorenz 2014, 236; Losito 2024, 58).

CONTEXTO HISTÓRICO DA GUERRA DAS MALVINAS

A disputa pelas Ilhas Malvinas remonta ao século XVI, quando o Tratado de Utrecht ratificou o controle da Espanha sobre seus territórios na América do Sul, incluindo suas ilhas. Apesar do tratado, os britânicos estabeleceram uma guarnição em 1765, reivindicando as ilhas para sua coroa, apenas para serem removidos pelos espanhóis dois anos depois, que aumentaram a presença britânica no arquipélago para 1.400 homens em 1770. Em 1816, com a independência da Argentina, o novo governo reivindicou o vice-reinado das ilhas do Rio da Prata, com um governador nomeado em 1826. Após um incidente com navios de pesca dos Estados Unidos em 1831, o USS Lexington atacou as ilhas, e o território foi declarado sem governante. No ano seguinte, os britânicos ocuparam as ilhas, iniciando a disputa com a Argentina, que permaneceu inativa até a criação do Comitê de Descolonização das Nações Unidas em 1961. Em seguida, a Argentina exigiu a soberania sobre as ilhas, o que levou a negociações com o Reino Unido nos anos seguintes até o início do conflito em 1982.

Embora o planejamento para a eventual tomada da ilha tenha sido o compromisso em torno do arranjo do último governo militar argentino, em dezembro de 1981, o conflito com o Reino Unido teve origem no Incidente Davidoff e na escalada entre as forças argentinas e britânicas nas Ilhas Geórgia do Sul. Desde a década de 1960, a Marinha argentina desdobrava destacamentos de operações especiais para monitorar as ilhas em disputa com o Chile. Dado o novo contexto das relações com o Reino Unido, a Marinha planejou se infiltrar nas Ilhas Geórgia do Sul no final do verão de 1982. No entanto, um contrato existente para dismantelar antigas estações baleeiras no arquipélago, assinado por um empresário argentino de recuperação de cabos submarinos, Constantino Davidoff, era uma oportunidade imbatível. Em 11 de março de 1982, o navio de transporte ARA Bahia Buen Suceso zarpou para as Ilhas Geórgia do Sul levan-

do 41 trabalhadores, além de dez soldados de elite à paisana. No dia 19 de março, eles hastearam a bandeira argentina no local e permaneceram na ilha sem autorização.

Embora o episódio tenha sido minimizado pelo embaixador britânico em Buenos Aires, o governador das Malvinas, das quais as Ilhas Geórgia do Sul eram uma dependência, havia ordenado, ainda no dia 19 de março, com o consentimento da primeira-ministra Thatcher, que o navio patrulha HMS Endurance partisse de Stanley, nas Malvinas, com uma guarnição de 22 fuzileiros navais para defender Geórgia do Sul e, se necessário, retirar os argentinos à força. O governo britânico buscou orientação de seus serviços de inteligência e das agências dos Estados Unidos, procurando indicações das reais intenções da Argentina, mas os sinais não eram claros. Nem o MI6 nem o Government Communications Headquarters (GCHQ), responsável pelo monitoramento das comunicações de governos estrangeiros, conseguiram ter uma noção clara do que estava acontecendo. A Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) e o GCHQ observaram um aumento substancial nas comunicações de rádio na região. Ainda assim, como os exercícios navais das marinhas uruguaia e argentina que ocorriam naquele momento eram rotineiros, isso causou certa confusão entre as agências.⁵ Por isso, embora Londres tivesse decidido não aceitar ou tolerar qualquer intervenção argentina, além do envio do navio patrulha HMS Endurance, nenhuma decisão foi tomada. Essa indecisão durou uma semana e, mesmo assim, alertada pela comunicação do aumento do tráfego de informações, um submarino britânico nuclear foi enviado em 29 de março em direção ao arquipélago (Freedman 2005, 159–61).

A Junta argentina já havia decidido proteger sua posição em vez de ceder às exigências britânicas. A Armada já havia enviado o navio patrulha ARA Bahia Paraíso, que seria reforçado por duas corvetas e o submarino ARA Santa Fé. A tensão aumentou entre os navios de patrulhas britânico e argentino. A crise e suas repercussões levaram o almirante Anaya a convencer o presidente Galtieri de que as águas das Ilhas Geórgia do Sul e Malvinas estariam patrulhadas por submarinos britânicos por volta de 10 de abril e, portanto, a antecipar a operação de tomada das Malvinas imediatamente. Com os planos modificados, dada a urgência da demanda, seu codinome foi alterado de Operação Azul para Operação Rosário (Fontana 2022, 166). Assim, a Força-Tarefa 40, com os componentes anfíbios para a invasão das Malvinas, zarpou no dia 28 de março da base naval de Puerto Belgrano. Em 2 de abril, trezentos comandos, seguidos pelo desembarque de um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, desembarcaram e iniciaram a ocupação das Ilhas Malvinas. No entanto, dois meses e meio depois, as ilhas foram retomadas de forma decisiva por uma força-tarefa

naval britânica, o que deu início ao processo de desmonte do regime militar da Argentina e a um longo e árduo acerto de contas com os militares pela guerra e os anos de repressão e envolvimento político.

MARINHA ARGENTINA, O SPOILER POLÍTICO

Uma análise da documentação argentina confirma que a tomada das Malvinas teve mais motivos internos do que externos. Entretanto, não houve consenso sobre como usar essa crise para fortalecer o regime militar: Embora a resolução da questão das Malvinas tenha sido o preço da Marinha para apoiar a ascensão de Leopoldo Galtieri à presidência no lugar de Roberto Viola, Galtieri lidou com questão das Malvinas de forma errática, com cronogramas revisados a cada reunião da Junta e sem medidas preparatórias típicas de planejamento de uma operação iminente em algum momento. Por um lado, ele tinha muito mais energia e urgência na substituição dos governos provinciais, com o objetivo de rever as lealdades políticas das forças armadas à presidência, e até começou a elaborar as condições para sua candidatura à presidência após uma transição democrática. Por outro lado, ele acelerou o alinhamento da Argentina com os Estados Unidos para apoiar seu regime. Até mesmo pela inteligência britânica, algo identificado posteriormente, foi que uma tentativa de retomada das ilhas poderia ocorrer nos dois primeiros anos de sua presidência, mas não nos seus primeiros meses. A cronologia das reuniões da Junta permite questionar se Galtieri optaria por uma invasão em algum momento tão breve como de fato ocorreu, improvisada sob a influência da Marinha argentina, e não como um recurso para unir e ludibriar o alto comando militar em prol de uma agenda política própria.⁶

A questão das Malvinas era mais premente na Marinha, que iniciou o planejamento das operação nas Malvinas em 22 de dezembro de 1981, um dia antes da posse de Galtieri como presidente, quando o almirante Anaya instruiu o chefe do Estado-Maior da Marinha, o vice-almirante Alberto Gabriel Vigo, a formular um plano detalhado para o envio de forças especiais para vigilância e coleta de informações sobre o número necessário de tropas para ocupar Port Stanley, nas Malvinas, com unidades de apoio e com a logística para sua defesa. Embora não mencionasse um prazo para execução, a instrução detalhava que a preparação das aeronaves Super Étendard e P-3 deveria ocorrer antes de julho de 1982. Ele retransmitiu essa instrução ao vice-almirante Juan José Lombardo para que prosseguisse com as medidas de preparação junto com o Departamento de Material Naval, o principal oficial encarregado de projetar os planos originais argentinos (Argentina 2012, 27, ver Anexo III/2; Fontana 2022, 146).

Apenas dez dias depois, Galtieri autorizou estudos operacionais preliminares para invadir as ilhas na primeira reunião oficial da Junta, mas como uma alternativa à principal linha de ação diplomática (Argentina 2012, 25; Lorenz 2009, 15). Sem nenhum cronograma de planejamento inequívoco, a Junta continuou a se reunir regularmente para discutir a questão das Malvinas, entre outras. Em 12 de janeiro, a Junta definiu o “Grupo de Trabalho (GT) Malvinas”, composto pelo general Osvaldo Jorge Garcia, pelo brigadeiro Sigfrido Martín Plessl e pelo vice-almirante Lombardo. No entanto, não se tratava de um comando formal de planejamento conjunto, pois não incluía o Estado-Maior Conjunto, o Exército e o Estado-Maior da Força Aérea até 9 de março. Além disso, nunca consultou os relatórios de inteligência estratégica sobre cenários de conflito com o Reino Unido do escritório de planejamento. Esse GT Malvinas elaborou planos manuscritos fora dos registros que seriam apresentados ao Chefe do Estado-Maior Conjunto somente em meados de março (Argentina 2012, 25–36; Camogli 2011, 340–51; Losito 2024, 51, 59, 57), que podem ser visualizados abaixo.

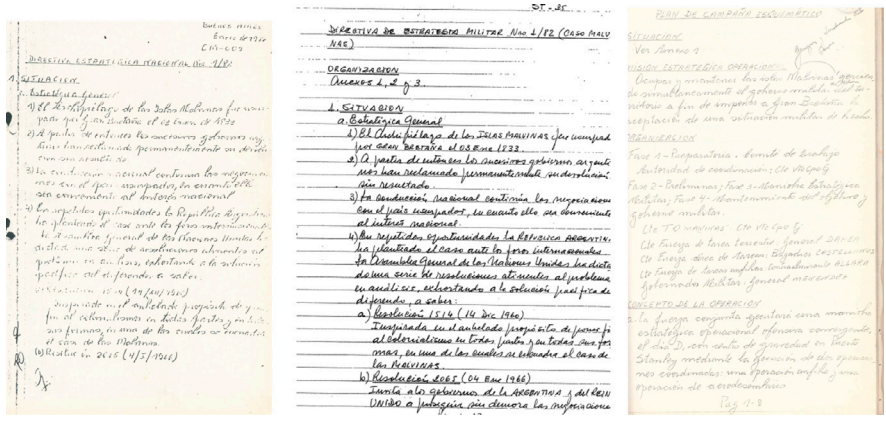


Figura 1 — Manuscritos originais da Diretriz Estratégica Nacional (Denac 1/82), Diretriz Estratégica Militar (Demil 1/82); Plano de Campanha Esquemático do Teatro de Operações das Malvinas.

Fonte: Argentina (2012, Anexos III/5, 6 e 7).

Enquanto isso, a Marinha continuava a desenvolver seu planejamento operacional sozinha, sem consultar seus pares, de infiltração de um destacamento de comando nas Ilhas Geórgia do Sul, de codinome Operação Alfa. Versões desse plano haviam sido consideradas desde a época de Perón. Entretanto, a Operação Alfa inicialmente não tinha como objeti-

vo criar um incidente internacional ou a ocupação das Malvinas, então de codinome Operação Azul. Por esse motivo, o vice-almirante Lombardo questionou Anaya sobre a incongruência entre essas duas operações, pois a primeira comprometeria a segunda. Mais importante, na única vez que Anaya mencionou a possibilidade da Operação Alfa à Junta, em 2 de fevereiro, ela foi refutada (Argentina 2012, 44; Fontana 2022, 149, 154). No entanto, aparentemente, Anaya prosseguiu secretamente com o planejamento, que compartilhou apenas com seu braço direito, o vice-almirante Vigo (Fontana 2022, 146–47; Losito 2024, 66, 68).

Por isso que se propõe a interpretação de que o incidente nas Ilhas Geórgia do Sul foi uma operação encoberta e não autorizada pela Junta porque o Estado-Maior Conjunto e os departamentos de serviços singulares se juntaram às deliberações e retomaram os planos e preparativos para a Operação Azul somente em 16 de março (Fontana 2022, 146). A primeira leitura da Junta sobre o incidente, em 23 de março, foi que o Reino Unido o fabricou e que as negociações deveriam continuar para ganhar tempo e avaliar melhor suas consequências. De fato, a surpresa do governo argentino com o incidente foi genuína (Argentina 2012, 51–60).⁷ Somente no dia 26 de março que a Junta concluiu que os canais diplomáticos por meio das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos eram inviáveis e que a escalada com o Reino Unido havia se tornado inevitável. Foi então que a Junta se reuniu para deliberar sobre duas opções: suspender o desembarque nas Ilhas Malvinas ou prosseguir, considerando a possibilidade de engajamento com baixas desde que o feito surpresa estava neutralizado. No entanto, a Marinha encontrou apoio do Exército e apresentaram uma avaliação conjunta convincente que apontava que a opinião pública argentina apoiava o governo e que o gerenciamento adequado da crise fortaleceria sua posição em relação aos movimentos internos de esquerda (Lorenz 2009, 17). Ao mesmo tempo, a recusa em tomar medidas mais assertivas resultaria em uma posição de fragilidade que poderia até mesmo encorajar o Chile na disputa pelo Canal de Beagle. Convencido da decisão de Galtieri, Anaya já havia enviado as corvetas Granville e Drumond e o submarino Santa Fé para a zona de crise (Argentina 2012, 51–60, 65, ver memorandos de reuniões no Anexo IV/5; Camogli 2011, loc. 645).⁸ A consequência final da escalada nas Ilhas Geórgia do Sul foi a suspensão do planejamento e dos preparativos da Operação Azul em andamento do Estado-Maior Conjunto em 2 de abril, enquanto Galtieri decidiu pela expansão da operação em invasão das Malvinas em 7 de abril, que passava a ter como codinome Operação Rosario. A partir de então, a tomada das Malvinas não era mais um recurso de diplomacia coercitiva, mas um caminho aberto e improvi-

sado para a guerra (Argentina 2012, 36–8; Camogli 2011, l. 341; Fontana 2022, 160, 164–5).

Além disso, o Almirante Anaya e a Marinha argentina também conseguiram bloquear as conversas entre 6 e 27 de abril patrocinadas pelo secretário de estado dos EUA, Alexander Haig, que concebeu três propostas de redução da escalada. Em 6 de abril, ele propôs o desvio da força-tarefa britânica e a retirada das forças argentinas e sua substituição por uma força de paz composta pelo Canadá, Estados Unidos e dois países latino-americanos. Em 12 de abril, essa proposta foi atualizada por uma segunda, sugerindo que atenderia à maioria dos interesses argentinos, pois recomendava que as Nações Unidas, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Argentina constituíssem uma autoridade interina para celebrar um acordo. A Argentina teria participação na administração da ilha, controlando a polícia e nomeando o governador. A terceira e última proposta de Haig foi apresentada em 27 de abril e tendia a favorecer o Reino Unido, cuja força-tarefa naval estava pronta e aguardando o comando para prosseguir com uma demonstração de força ou realizar uma operação de recuperação das ilhas. De acordo com a terceira proposta, os países beligerantes e os Estados Unidos nomeariam representantes para compor uma administração interina. Uma forma definitiva de governo para as ilhas seria consultar a população local e preservar a continuidade das tradições da administração local. A Argentina poderia nomear dois representantes para compor o conselho executivo dessa administração (Boyce 2005, 82–91).⁹

Qualquer desenvolvimento seguido por essas propostas colocaria o Reino Unido em uma situação desconfortável e sob pressão da comunidade internacional. Independentemente do tempo e do fato de as ilhas continuarem sob total soberania argentina, essas seriam desvantagens menores em comparação com o prestígio internacional adquirido por derrotar diplomática e publicamente o Reino Unido com o endosso dos Estados Unidos. Portanto, a Argentina deveria ter visto a intervenção diplomática dos Estados Unidos liderada por Haig como incrivelmente positiva e deveria ter aceitado algumas de suas propostas, especialmente a segunda. No entanto, como o próprio Haig declarou, a Argentina não conseguiu levar adiante as negociações e foi submetida à influência desleal de Anaya e da Marinha (Argentina 2012, 68–106).¹⁰

Apesar da operação desastrosa nas Ilhas Geórgia do Sul, a Argentina ainda tinha os recursos diplomáticos para reverter a escalada da guerra a seu favor. No entanto, a pressão da Marinha e a decisão da Junta de escalar a guerra antes das negociações foram ganhos elusivos em relação aos custos que a Argentina poderia ter obtido, no máximo, com desdobramento de uma demonstração de força anfíbia, conforme planejado inicialmente,

para reforço de diplomacia coercitiva. Ou seja, a ocupação da ilha para uma resistência prolongada nunca foi a intenção do planejamento realizado até 7 de abril. E quando isso se tornou o princípio orientador, o Exército e a Força Aérea improvisaram no reforço da defesa das Malvinas, enquanto a Marinha buscou outro curso de ação (Argentina 2012, 36–8; Fontana 2022, 113, 163, 168).

A ESTRATÉGIA DA MARINHA ARGENTINA DE “PASSAR O BALDE”

Uma avaliação das capacidades relativas entre a Marinha argentina e da força-tarefa naval britânica destacada para as Ilhas Malvinas sugere que a superioridade desta última não foi decisiva. Embora a força-tarefa britânica tivesse o dobro de navios que a Marinha argentina, 27 contra 13, e tivesse uma capacidade de deslocamento de 140.000 toneladas contra 51.000, o inventário britânico de mísseis antinavio era apenas 1,5 vezes maior que o da Argentina (Duarte 2021, 56–66). Além disso, a Argentina tinha vantagens logísticas relativas e superioridade numérica em meios aéreos e terrestres, o que poderia ser suficiente, combinados com os navais, para um plano de defesa eficaz. Quanto mais reforçada fosse a posição defensiva argentina nas ilhas, o risco de pesadas baixas sobre a força-tarefa britânica resultaria em mais pressões políticas internas e externas sobre a resolução britânica de seguir a interposição. Quanto mais tempo as forças argentinas pudessem manter as ilhas e sustentar sua reivindicação perante à comunidade internacional, maior seria o custo britânico de iniciar as hostilidades em comparação com os custos de concessão ao retorno das negociações e a ganhos simbólicos subsequentes para a Argentina (Givhan 1996, 24–5).

O entendimento de que os submarinos britânicos poderiam superar qualquer defesa argentina é tendencioso. Uma avaliação mais detalhada dos meios relativos de ambos os lados pode sugerir outros cenários. Por um lado, os submarinos de ataque britânicos não eram onipresentes ou combinados com a força-tarefa. Até mesmo seu posicionamento foi questionado e feito com muito cuidado após a decisão pelos seus desdobramentos, devido ao papel que desempenhavam na proteção do Estreito de Barents durante a Guerra Fria. Por isso, seu emprego no Atlântico Sul afetou as impressões políticas dos blocos socialista e ocidental (Nott 2005, 58). Por esses motivos, os submarinos HMS *Splendid*, *Spartan* e *Conquer* tinham suas operações subordinadas direta e exclusivamente ao Comando Operacional da Marinha Real Britânica em Northwood e não ao comandante da força-tarefa, o almirante Sandy Woodward. O HMS *Spartan* e o *Splendid* deixaram a Inglaterra em 1º de abril, o *Conquer* em 2 de abril e chegaram ao teatro de operações dez dias depois para impor a zona de ex-

clusão marítima. Enquanto o Spartan monitorou o desembarque argentino nas Malvinas, o Splendid patrulhou a área entre a Argentina e as ilhas. Em todas as ocasiões, eles tiveram contato com navios argentinos e se reportaram a Northwood. O Conquer inicialmente tinha a missão de patrulhar as Ilhas Geórgia do Sul e não conseguiu detectar o submarino argentino ARA Santa Fé (Harper 1994, 12).

Assim, se a Marinha argentina tivesse concentrado uma fração de sua esquadra nas ilhas, mesmo que houvesse algumas batalhas costeiras, ela teria aumentado imensamente as chances de sucesso do pleito argentino. Porque, mesmo que os argentinos sofressem mais baixas em termos nominais, os britânicos se encontravam em piores condições logísticas e políticas, subsequentemente com maiores dificuldades na recomposição de meios para continuidade de sua interposição no Atlântico. O comandante da força-tarefa britânica, o almirante Woodward, admitiu que, se um dos destróieres argentinos capazes de lançar mísseis Exocet tivesse sido posicionado entre as ilhas, seria extremamente difícil neutralizá-lo (Southby-Tailyour 2007, 86). Em vez de uma estratégia de esquadra em potência, que implicaria uma constante ameaça sem engajamento, esse teria sido um desdobramento mais adequado para a atuação do cruzador ARA General Belgrano e suas duas fragatas de escolta. Isso se deve, em grande parte, ao fato de os argentinos terem respeitado a zona marítima exclusiva imposta pelo Reino Unido, o que restringiu a implementação da estratégia adotada pela Armada, além do fato de que o afundamento do ARA General Belgrano ocorreu fora dessa zona.

A Marinha argentina negligenciou o ponto fraco da força-tarefa britânica: sua complexa rede logística. A recuperação das ilhas, projetada por uma distância de 14.000 quilômetros, apresentava uma vulnerabilidade inerente em sua cadeia de fornecimento. Os observadores britânicos, norte-americanos e soviéticos da guerra presumiram que a Argentina poderia realizar uma defesa coordenada nas Malvinas, com probabilidades razoáveis de mantê-las (Arquilla e Rasmussen 2001).¹¹ Mesmo a operação de interposição nas Ilhas George do Sul — de muito menor envergadura que a posterior recuperação das Ilhas Malvinas — foi considerada pelo governo do Reino Unido como uma possível “passagem só de ida.”¹² Até 27 de março, o Reino Unido não tinha um plano operacional considerado viável para retomada das Malvinas e quando o gabinete militar britânico submeteu a Operação *Appreciation*, o comando da força-tarefa em curso ao Atlântico Sul reconheceu que os meios militares disponíveis possivelmente não seriam suficientes. Isso considerando que originalmente a operação previa apenas uma presença militar com pressão sobre a posição argentina, ou seja, uma ação de competência até que zonas de exclusão marítima

e aérea efetivas fossem estabelecidas. Ainda assim, não se presumia um desembarque anfíbio com razoável expectativa de sucesso. Michael Clapp e Julian Thompson — respectivamente, comandantes dos grupos anfíbios e de desembarque — registraram em suas memórias que não consideravam possível realizar um desembarque de assalto anfíbio forçado contra as forças argentinas. Até 22 de abril, sustentava-se que o objetivo da operação seria apenas uma demonstração de força (Southby-Tailyour 2007, 61–3, 70–1, 74).

Os cálculos estratégicos altamente politizados da Marinha argentina produziram três decisões operativas que minaram as capacidades argentinas de defender as Ilhas Malvinas. Primeiro, para produção do incidente nas Ilhas George do Sul, a Marinha empregou um dos seus únicos dois submarinos operacionais diesel-elétricos disponíveis naquele momento, o ARA Santa Fé, para estrincar os comandos navais. Ele foi avariado e não desempenhou nenhum papel na guerra (Fontana 2022, 164–5). Alternativamente, ele teria um papel mais relevante se tivesse sido empregado para coletar informações sobre a força-tarefa britânica, além da ameaça que apresentava (Harper 1994, 21).

Em segundo lugar, após o afundamento do ARA Belgrano, a Marinha optou por retirar todos os seus navios (Rodríguez 2015, 3). Contudo, isso ocorreu menos devido à escassez de recursos e mais porque o almirante Anaya optou por não tolerar grandes perdas. Isso poderia comprometer seu comando e posição política privilegiada que advinha dele (Lopes 2012, loc. 2584; Zellem 1999, 29–30; Nietzel 2007, 32–6, 53–4).

Terceiro, Anaya decidiu também não empregar a força aérea naval na guerra. O desdobramento de parte dos caças da força aérea naval para as ilhas afetaria significativamente a correlação de forças no teatro, possivelmente reduzindo ainda mais as expectativas do comando da força-tarefa britânica, porque tornaria o sistema de defesa antiaérea argentina nas ilhas bastante robusto. Em 2 de abril, a Argentina instalou um radar AN/TPS-43 de 380 quilômetros de alcance em Port Stanley, capaz de rastrear ameaças aéreas, navios e os porta-aviões britânicos. Além disso, setenta baterias antiaéreas foram integradas em seus sistemas de defesa aérea (Hanable 1998, 122). Esse sistema teria tido um potencial considerável contra a força-tarefa britânica se fosse somado ao poder de fogo de uma fração dos caças da Marinha, já que não havia um sistema de vigilância ou alerta antecipado de aeronaves do lado britânico. O perímetro aéreo da força-tarefa era provido pelas patrulhas de seus caças Sea Harriers. Além dos recursos limitados de sensoriamento, os britânicos também tinham sistemas limitados de coordenação de fogo e comunicação entre os principais navios de sua força naval. Os navios-docas de transporte anfíbio, HMS

Fearless e Intrepid, estavam desatualizadas em termos de instalações de comando e sensoriamento, e o HMS Fearless também não possuía comunicações via satélite e comunicação segura, somente via VHF (Southby-Tailyour 2007, 16).

O desdobramento de uma fração da força aérea naval era viável porque as pistas de pouso existentes nas ilhas na época eram suficientes para a operação dos A-4 Skyhawks do porta-aviões Veinticinco de Mayo (Hanable 1998, 122). No entanto, isso significaria subordinar unidades navais a outra cadeia de comando, provavelmente sob o general do Exército que governava as ilhas ocupadas, o que parecia ser inaceitável para Anaya. De fato, a Marinha argentina não teve qualquer contribuição para a defesa conjunta das Ilhas Malvinas segundo o plano operacional concebido (Argentina 2012, 188–9).

Consequentemente, a capacidade argentina de fazer frente à interposição britânica foi significativamente reduzida. A Força Aérea argentina foi deixada sozinha para conduzir uma campanha aérea baseada em ataques de oportunidade dos cinco mísseis ar-superfície Exocet mais bombas convencionais não guiadas (Zarza 2010, 14). Ao operarem a 600 quilômetros do continente, eles detinham substantiva desvantagem operativa porque não tinham tempo de engajamento suficiente nem dados de inteligência para operarem de forma mais eficaz contra os navios de desembarque anfíbio britânicos (Green 2005, 22–4). Como resultado, os caças da Força Aérea argentina tiveram que arcar com os custos de conduzir ataques inopinados à força-tarefa britânica, que tinha a vantagem de empregar seu limitado número de Sea Harriers defensivamente e com economia de força (Zellem 1999, 29–30). Apesar disso, entre 21 e 25 de maio, os caças aéreos argentinos forçaram os porta-aviões britânicos a manterem uma distância muito segura a leste das Ilhas Malvinas, o que reduziu a cobertura aérea das operações anfíbias e terrestres a seis horas por noite (Givhan 1996, 26–7).

A capitulação da Marinha argentina foi tão inesperada que Estados Unidos e Argentina levaram um certo tempo para confirmá-la. Somente após o acúmulo de informações de várias fontes — como os adidos navais dos Estados Unidos e do Reino Unido na região, satélites estadunidenses e o envio de forças especiais britânicas para as Malvinas — foi atestado que a Marinha argentina optou por uma estratégia de “esquadra sem potência”.¹³ Curiosamente, mesmo depois de os britânicos tomarem as ilhas, os Estados Unidos consideraram que a Marinha argentina ainda poderia oferecer ameaça, pois a maior parte de sua esquadra estava intacta e poderia conduzir operações de desgaste com comandos, ataques aéreos e engajamentos navais de oportunidade.¹⁴

CONCLUSÃO

Nenhuma das considerações da comissão argentina que analisou e avaliou a Guerra das Malvinas foi mais dura do que as dirigidas às ações da Marinha argentina e a seu comandante Jorge Isaac Anaya, tratadas simplesmente como vergonhosas e desmoralizantes para eles mesmos, para as outras forças e para o país como um todo (Argentina 2012, 188–9, 257–9). Os dois papéis centrais da Marinha argentina no enfraquecimento de uma solução diplomática para as Ilhas Malvinas e na execução da Operação Alfa foram tão prejudiciais que alguns observadores argentinos consideraram sua participação como uma conspiração (Camillión 2000). Talvez por isso tenha havido um estudo muito menos detalhado de sua participação em comparação com as outras forças, e ainda se aguarda uma melhor compreensão da biografia e da participação de Anaya na guerra. De qualquer forma, a culpa pela guerra não desapareceu e, até hoje, a Marinha argentina paga o preço pela sua politização e é apenas uma sombra de seu apogeu de antes da Guerra das Malvinas (Soprano 2017; Canto e Eissa 2016).

Os custos políticos, institucionais e estratégicos da politização de forças armadas são evidentes em vários casos das guerras contemporâneas (Strachan 2014). A atenção para eles deve ser mais severa por parte de marinhas, cuja ambiente operativo é de combates mais decisivos, tempestivos e de pesadas perdas, sem que as condições para seu preparo sejam menos desafiantes (Biddle e Severini 2024).

Portanto, a politização da Marinha do Brasil — por envolvimento com agendas políticas, ideológicas ou expedientes — deve ser suprimida. O panorama internacional do século XXI já dá indícios de que os mares serão ambientes de muito mais conflitos e disputas que o período de praticamente ausência de batalhas navais que existiu desde a Guerra da Malvinas. Assim sendo, sua missão precípua deve continuar a ser a busca pela excelência em efetividade militar.

REFERÊNCIAS

Albright, David E. 1980. “A Comparative Conceptualization of Civil-Military Relations”. *World Politics* 32, no. 4: 553–76. doi.org/10.2307/2010057.

Antonio, José Luiz. 2025. “Quando a tecnologia falha: os torpedos e as lições da Guerra das Falklands/Malvinas”. *Poder Naval* (blog) (13 jan.). www.naval.com.br/blog/2025/01/13/quando-a-tecnologia-falha-os-torpedos-e-as-licoes-da-guerra-das-falklands-malvinas/.

Aquino, Waldemar R., e Eduardo Luis Doval (eds.). 2024. *El Arte Operacional a 40 Años de Malvinas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de la Facultad Militar Conjunta. cefadigital.edu.ar/handle/1847939/2899.

Argentina. 2012. *Informe Rattenbach*. Buenos Aires: Caercas.

Arquilla, John, e María Moyano Rasmussen. 2001. “The Origins of the South Atlantic War”. *Journal of Latin American Studies* 33, no. 4: 739–75. doi.org/10.1017/S0022216X01006198.

Avant, Deborah. 2007. “Political Institutions and Military Effectiveness: Contemporary United States and United Kingdom”. In *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*, 80–105. Stanford: Stanford University Press.

Biddle, Stephen, e John Severini. 2024. “Military Effectiveness and Naval Warfare”. *Security Studies* 33, no. 3: 325–47. doi.org/10.1080/09636412.2024.2363533.

Bochicchio, Ana Laura. 2021. “Guerra Fría e intervención estadounidense en Malvinas (1982)”. *Quinto sol* 25, no. 1: 133–52. doi.org/10.19137/qs.v25i1.4179.

Boyce, George. 2005. *The Falklands War*. Edição de 2005. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; Nova York: Palgrave.

Brooks, Risa. 2006. “An autocracy at war: Explaining Egypt’s military effectiveness, 1967 and 1973”. *Security Studies* 15, no. 3: 396–430.

Brooks, Risa. 2007. “Introduction: The Impact of Culture, Society, Institutions, and International Forces on Military Effectiveness”. In *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press.

Camillión, Oscar. 2000. *Memorias Políticas*. Buenos Aires: Planeta.

Camogli, Pablo. 2011. *Batallas de Malvinas: Todos los combates de la Guerra del Atlántico Sur*. Aguilar.

Canto, María Belén e Sergio G. Eissa. 2016. “Delimitación de las Responsabilidades de la Armada Argentina y de la Prefectura Naval en el Mar Argentino.” *Revista Política y Estrategia* 127: 183–206. doi.org/10.26797/rpye.v0i127.30.

Checkel, Jeffrey T. 2005. “It’s the Process Stupid! Process Tracing in the Study of European and International Politics”. *Arena Working Papers* (out.). ideas.repec.org/p/erp/arenax/p0206.html.

CSN. 1982. “Dossie Malvinas”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.44 - Dossie. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Diniz, Eugenio Pacelli Lazzarotti. 2017. "Brazil's Nuclear Submarine: A Broader Approach to the Safeguards Issue". *Revista Brasileira de Política Internacional* 60 (out.): e005. doi.org/10.1590/0034-7329201700205.

Diniz, Eugenio, e Domício Proença Júnior. 2022. "Comparing the Effectiveness of Nuclear and Air-independent propulsion Submarine Fleets: a methodology for alternative force design choices applied to the Brazilian case". *Estudos Internacionais* 10: 1-53.

Duarte, Érico, and Rodrigo Gonzalez. 2022. "La Guerra de Malvinas y La Participación Soviética: Percepciones e Implicaciones para Argentina, Reino Unido y Estados Unidos". *Pasado Abierto* 15, no. 1 (Jan.): 77-94.

Duarte, Erico Esteves, e Luis Rodrigo Machado. "Between Coercive Diplomacy and Malvinas Fortress: Argentina's Maritime Operations in the Falklands/Malvinas War". In *The Falklands/Malvinas War in the South Atlantic*, editado por Erico Esteves Duarte, 51-84. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

EMFA. 1982. *Operação Rosário: Retomada das Ilhas Malvinas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Feaver, Peter. 2017. "Civil-Military Relations and Policy: A Sampling of a New Wave of Scholarship". *Journal of Strategic Studies* 40, no. 1-2: 325-42. doi.org/10.1080/01402390.2016.1254938.

Flores, Mario Cesar. 1982. "Malvinas: uma Primeira Abordagem". *Revista Marítima Brasileira* 4: 59-70.

Fontana, Luis Esteban. 2022. "Guerra de Malvinas: Los planes previos a 1982: ¿verdad o solo analogías?" In *Malvinas y Las Guerras del Siglo XX*, editado por María Inés Tato e Germán Soprano, 111-74. Buenos Aires: Teseo Press.

Freedman, Lawrence. 2005. *The Official History of the Falklands Campaign, Volume 1: The Origins of the Falklands War*. 1. ed. Londres; Nova York: Routledge.

Fremont-Barnes, Gregory. 2012. *The Falklands 1982: Ground Operations in the South Atlantic*. Oxford: Osprey.

George, Alexander L. e Andrew Bennett. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge, Mass: MIT Press.

Givhan, Walter. 1996. *The Time Value of Military Force in Modern Warfare: The Airpower Advantage*. Base da Força Aérea de Maxwell: Universidade do Ar dos EUA.

Green, Gabriel. 2005. “Argentina’s Tactical Aircraft Employment in the Falklands War”. Dissertação — Mestrado — Base da Força Aérea de Maxwell: Universidade do Ar dos EUA.

Hanable, William. 1998. *Case Studies in the Use of Land-Based Aerial Forces in Maritime Operations, 1939-1990*. Washington, D.C.: U.S. Air Force History and Museums Program.

Harmer, Tanya. 2015. “The Ideological Origins of the Dirty War: Fascism, Populism, and Dictatorship in Twentieth Century Argentina”. *Cold War History* 15, no. 3: 417–20. doi.org/10.1080/14682745.2015.1051363.

Harper, Steven. 1994. *Submarine Operations during the Falklands War*. Newport: Faculdade de Guerra Naval dos EUA.

Hastings, Max e Simon Jenkins. 2010. *The Battle for the Falklands*. Londres: Pan.

Huntington, Samuel. 1957. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press.

InfoDefensa, Revista Defesa. 2023. “Marinha do Brasil vai desmantelar 40% de suas instalações até 2028”. *Infodefensa - Noticias de defensa, industria, seguridad, armamento, ejércitos y tecnología de la defensa*. www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4291806/marinha-do-brasil-devera-desativar-40-seus-meios-ate-2028.

Kadercan, Burak. 2013. “Strong Armies, Slow Adaptation: Civil-Military Relations and the Diffusion of Military Power”. *International Security* 38, no. 3: 117–52.

Kuehn, David. 2024. “Introduction to Part II: military effectiveness”. In *Research Handbook o Civil-Military*, editado por Aurel Croissant, David Kuehn e David Pion-Berlin, 118–22. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Lima, Roberto. 1992. “Malvinas/Falkland — Dez anos derrota militar e vitória estratégica?” *Revista Marítima Brasileira*: 147–60.

Lopes, Roberto. 2012. *O Código das Profundezas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lorenz, Federico. 2009. *Malvinas. Una Guerra Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.

Lorenz, Federico. 2012. *Las Guerras Por Malvinas*. Buenos Aires: Edhasa.

Lorenz. 2014. “Gran Malvina. Una mirada a la experiencia bélica desde los testimonios de sus oficiales”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 41, no. 2: 225–57. doi.org/10.15446/achsc.v41n2.48787.

Lorenz. 2023. “Todo está (ba) por hacer. Un recorrido personal. Reflexiones y propuestas a cuarenta años de la guerra de Malvinas”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani* 59 (jun.): 128–47. doi.org/10.34096/bol.rav.n59.12971.

Losito, Mariano. 2024. “Análisis e identificación de los elementos del diseño operacional en el Teatro de Operaciones Malvinas (TOM)”. In *El arte operacional a 40 años de Malvinas*, editado por Waldemar R. Aquino e Eduardo Luis Doval, 45–76. Buenos Aires: Editorial Universitaria de la Facultad Militar Conjunta. cefadigital.edu.ar/handle/1847939/2899.

Mahoney, James. 2012. “The Logic of Process Tracing Tests in the Social Sciences”. *Sociological Methods and Research* 41, no. 4: 570–97. doi.org/10.1177/0049124112437709.

Mahoney, James. 2015. “Process Tracing and Historical Explanation”. *Security Studies* 24, no. 2: 200–18. doi.org/10.1080/09636412.2015.1036610.

Martins Filho, Joao R. 2014. “Visões civis sobre o submarino nuclear brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29 (jun.):129–44. doi.org/10.1590/S0102-69092014000200009.

Matei, Florina. 2024. “Strategic planning, resources, effectiveness”. In *Research Handbook o Civil-Military*, editado por Aurel Croissant, David Kuehn e David Pion-Berlin, 123–40. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Ministério da Defesa. 2011. “25/08/2011 - DEFESA - General De Nardi fala sobre os desafios futuros do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas”. Ministério da Defesa. www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/25082011-defesa-a-dissuasao-envolve-mobilidade-e-comunicacao-integrada-entre-as-forcas.

Nietzel, Scott. 2007. “The Falklands War: Understanding the Power of Context Shaping Argentine Strategic Decisions”. Dissertação — Mestrado — Naval Postgraduate School, Monterey.

Nott, John. 2005. “A View from the Centre”. In *The Falklands Conflict Twenty Years On: Lessons for the Future*, editado por Stephen Badsey, Rob Havers e Mark Grove. Londres: Frank Cass.

Paulucci, Rafael. 2021. “O emprego dos submarinos nucleares na Guerra das Malvinas: a utilização dos submarinos britânicos na concepção da estratégia Anti-Acess/Area Denial”. Monografia — Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro.

Polícia Federal. 2024. “Relatório nº 4546344/2024”. Departamento de Inteligência Policial.

Reiter, Dan, e Alan. C. Stam. 1998. “Democracy and battlefield military effectiveness”. *Journal of Conflict Resolution* 42, no. 3: 259–77.

Reiter, Dan, e Allan C. Stam. 2002. *Democracies at War*. Princeton: Princeton University Press.

Rodriguez, Andrea. 2015. “La memoria pública de la Armada Argentina sobre la guerra de Malvinas: de olvidos, silencios y jerarquizaciones de experiencias”. *Pacarina del Sur. Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano* 6, no. 23.

Salkind, Neil J. 2010. “Content Validity”. Em *Encyclopedia of Research Design*, editado por Neil J. Salkind, 501–3. Sage.

Schmidt, Flávia de Holanda. 2022. “Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal”. *Publicação Preliminar*. repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11211.

Senado Federal. 2011. “45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional”. www.senado.leg.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000634%2F11&utm_source=chatgpt.com.

Serra, Narcis. 2010. *The Military Transition: Democratic Reform of the Armed Forces*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

Soprano, Germán. 2017. “La reestructuración de la Armada Argentina entre el final del siglo XX y principios del XXI.” *Antíteses* 10, no. 19: 453–74. doi.org/10.5433/1984-3356.2017v10n19p453.

Southby-Tailyour, Ewen e Michael Clapp. 2007. *Amphibious Assault Falklands: The Battle of San Carlos Water*. Pen & Sword Maritime (reimpr.).

Strachan, Hew. 2014. *The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Svartman, Eduardo Munhoz. 2022. “A guerra das Malvinas/Falklands e o pensamento militar brasileiro: em busca da autonomia e da dissuasão”. *Pasado Abierto* 8, no. 15. fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pasadoabierto/article/view/5526.

Vidigal, Armando. 1984. “Conflito no Atlântico Sul”. *Revista Marítima Brasileira*: 2–29.

Vidigal, Armando. 1985. *A Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Winer, Sonia, e Jerónimo Iraola. 2022. “Guerra de Malvinas: contrainsurgencia, desprofesionalización defensiva y derechos humanos”. *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad* 58: 135–56 (ago.). doi.org/10.56503/CICLOS/Nro.58(2022)pp.135-156.

Zarza, Leonardo. 2010. “Malvinas: The Argentine Perspective of the Falkland’s Conflict”. Monografia — Faculdade de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Fort Leavenworth.

Zellem, Edward. 1999. “Clausewitz and Seapower: Lessons of the Falkland Islands War Unclassified”. Dissertação — Mestrado — Base da Força Aérea de Maxwell: Universidade Aérea dos EUA.

NOTAS

1. Para uma revisão dessa produção, ver Svartman (2022).
2. Tais desdobramentos eram avaliados como razoáveis pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, *FRUS*, 1982, Documento 70, Tab A (6 de abril de 1982).
3. Diário de Inteligência Nacional Preparado pela Agência Central de Inteligência, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 19 (26 de março de 1982); (Freedman 2005, 138) No entanto, importantes atores britânicos, como o Sr. Richard Forrester, do Departamento de Malvinas, apontaram que ele “não aceitaria qualquer sugestão de que a principal fonte de pressão viesse da Marinha”, Falklands: Hickson minute (4 de fevereiro de 1982), *Margaret Thatcher Foundation*, Documento 118362.
4. Memorando de Informações do Diretor do Bureau de Assuntos Político-Militares (Howe) para o Secretário de Estado Haig, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 319 (1º de junho de 1982).
5. Sinal do Adido Naval de Buenos Aires para a Cincfleet, *Fundação Margaret Thatcher*, Documento 236279, (27 de março de 1982).
6. Uma revisão minuciosa do planejamento militar argentino é provida por Fontana (2022). Uma revisão por militares argentinos a luz de suas doutrinas militares na época e atuais é Aquino e Doval (2024).
7. Telegrama da Embaixada na Argentina para o Departamento de Estado, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 18 (25 de março de 1982).
8. O papel da Marinha nessa decisão foi relatado pela CIA em 30 de março, Telegrama da Agência Central de Inteligência para Vários Destinatários, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 26.
9. Compilação do Cabinet Office das propostas de paz apresentadas por Haig, HMG e Peru, *Margaret Thatcher Foundation*, Documento 123116, (12 de abril a 5 de maio de 1982)
10. Memorando de Conversação, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 163 (22 de abril de 1982).
11. Documento Preparado pelo Pessoal do Conselho de Segurança Nacional, *FRUS*, 1982, Documento 70, Tab A (6 de abril de 1982).
12. Ata de John Weston para Gillmore, *Margaret Thatcher Foundation*, Documento 231467, (25 de março de 1982).
13. Telegrama de Montevideú do Britdefat para Moduk, *Margaret Thatcher Foundation*, Documento 221708, (12 de abril de 1982); Centro Nacional de Interpretação Fotográfica da CIA, *Margaret Thatcher Foundation*, Documento 114338 (28 de maio de 1982).
14. Memorando de Informações do Diretor do Bureau de Assuntos Político-Militares (Howe) para o Secretário de Estado Haig, *FRUS*, 1981-1988, XIII, Conflito no Atlântico Sul, 1981-1984, Documento 318, (1º de junho de 1982).

POLITIZAÇÃO E EFETIVIDADE MILITAR: O CASO DA MARINHA ARGENTINA NAS MALVINAS

RESUMO

O artigo se propõe a desconstruir a memória de parte de militares e políticos brasileiros sobre a dimensão naval (ou sua falta) da Guerra das Malvinas. Apoiado em documentos dos Estados Unidos, Reino Unido e Argentina tornados públicos há dez anos, mas ainda assim pouco explorados pela academia brasileira, o artigo examina o papel da Marinha argentina na Guerra das Malvinas. Ele revela duas principais conclusões que avançam o conhecimento histórico sobre esta guerra. Primeiro, a Marinha argentina foi o principal responsável pela escalada da crise em conflito. Seu comandante, Isaac Anaya, conspirou e agiu de forma independente, rompendo a unidade de comando da Junta Militar ao autorizar operações encobertas sem consultar seus pares ou planejar e se preparar adequadamente. Em segundo lugar, desistiu do plano original de fazer uma demonstração de força e recusou-se a estabelecer uma defesa costeira adequada com forças suficientes para obrigar os britânicos a cederem as ilhas ou negociar. Com isso, a Guerra das Malvinas oferece a importante lição histórica sobre a incompatibilidade entre efetividade militar e politização por parte de uma marinha de guerra.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas; Memória Militar; Guerra Naval; Marinha Argentina.

ABSTRACT

The article aims to deconstruct the memory of some Brazilian military and politicians regarding the naval dimension (or lack thereof) of the Falklands War. Supported by documents from the United States, United Kingdom, and Argentina made public ten years ago, but still little explored by Brazilian academia, the article examines the role of the Argentine Navy in the Falklands War. It reveals two main conclusions that advance historical knowledge about this war. First, the Argentine Navy was primarily responsible for escalating the crisis into an open conflict. Its commander, Isaac Anaya, conspired and acted independently, breaking the Junta's command unity by authorizing covert operations without consulting his peers or adequately planning and preparing. Secondly, he abandoned the original plan to demonstrate force and refused to establish an adequate coastal defense with sufficient forces to compel the British to surrender the islands or negotiate. With this, the Falklands War offers an important historical lesson about the incompatibility between military effectiveness and politicization on the part of a navy.

Keywords: Falklands War; Military Memory; Naval Warfare; Argentine Navy.

Recebido em 19/12/2024. Aceito para publicação em 12/06/2025.